



Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5544 – Bairro São Pedro – CEP 15090-000 – Fone: (017) 3201-5000
São José do Rio Preto/SP – CNPJ: 60.003.761/0001-29

FUNDAÇÃO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CNPJ - 60.003.761/0001-29

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto, denominada resumidamente de FUNFARME, é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Foi criada em 12/06/1967, com sede e foro em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, tendo por regência o seu Estatuto Social, Regimento Interno e normas legais aplicáveis.

A entidade de caráter beneficente tem por objetivo exclusivo de utilidade pública a realização direta, constante e ativa na assistência integral à saúde e no ensino, a quem dela necessitar, sem qualquer tipo de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, através do Hospital de Base e demais Unidades Assistenciais, Hospitalares e de Ensino existentes e a serem criadas.

O Hospital de Base mantido pela Fundação é também utilizado como Hospital Escola em parceria com a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. Além do Hospital de Base, compõem o complexo FUNFARME o Hospital da Criança e Maternidade, Instituto de Reabilitação “Lucy Montoro”, o Hemocentro de São José do Rio Preto e o Ambulatório de Especialidades. No desenvolvimento de suas atividades mantém convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive SUS, mantendo convênios de prestação de serviços hospitalares com operadoras de planos de saúde e equivalentes.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos, com consonância com as novas práticas contábeis adotadas no país, especialmente os pronunciamentos do C.P.C. e normas aprovadas em resoluções do C.F.C., com as adaptações normatizadas pela Res. 1.409, de 27/09/2012 que instituiu as normas contidas no **“ITG 2002 (R1) – Interpretação Técnica Geral para Entidade sem finalidade de lucro”**. As suas demonstrações observam no que é compatível com as normas fixadas pela legislação das sociedades anônimas.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2020 foram elaboradas de acordo com os agrupamentos de contas ativas e passivas fixadas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/09, estando no mesmo padrão da apresentação de 2019 para efeitos comparativos.

O Ativo Circulante e o Passivo Circulante apresentam os direitos e as obrigações da FUNFARME com prazos não superiores há 365 dias. Já os direitos conversíveis e constantes do Ativo Não Circulante e do Passivo Não Circulante apresentam vencimentos após aquele prazo. O Patrimônio da entidade é apresentado como Patrimônio Social e os resultados dos exercícios conceituados como superávit ou déficit. As principais práticas contábeis adotadas são:

- 1) **Disponibilidades Financeiras:** Disponibilidades e equivalentes, além das Aplicações Financeiras de liquidez imediata, pelos saldos existentes na data da elaboração dos demonstrativos, inclusive os rendimentos correspondentes até a data do balanço, dentro do regime de competência, classificados como:
 - a. **Recursos livres:** aqueles que podem ser utilizados para pagamentos de despesas e/ou investimentos da Instituição sem qualquer restrição;
 - b. **Recursos com restrições:** valores decorrentes dos recebimentos oriundos de Convênios, Parcerias, Termos Aditivos e outros mais firmados com o ente público, sejam eles Federal, Estadual ou Municipal.
- 2) **Provisão para Perdas:** Fixou-se um percentual aproximado de 10,00% sobre os valores dos créditos a receber de atendimentos à convênios e particulares, reduzindo-se os riscos de perdas futuras, feitos com fundamento em estimativas conservadoras.
- 3) **Contas a Receber:** Consistem nas contas a receber da prestação de serviços a pacientes particulares e de diversos convênios com entidades ou empresas que mantêm serviços ou planos de assistência à saúde, incluindo nestes o SUS e as operadoras de planos de saúde, estando os saldos apresentados pelo valor efetivo dos serviços prestados. Eventuais glosas (recusas de pagamentos) de operadoras de saúde encontram-se registradas nestas contas contábeis aguardando finalização dos processos de recursos e/ou aceites de glosas.
- 4) **Estoques:** Estão avaliados pelo custo de aquisição e são destinados ao uso nos serviços prestados pela entidade. Estão classificados como "livres para uso" e "restritos para uso", respectivamente, estoques próprios da FUNFARME e estoques do convênio Instituto de Reabilitação "Lucy Montoro".
- 5) **Investimentos:** Não existem investimentos em sociedades controladas.

- 6) **Imobilizado:** Os bens integrantes do Imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescido, quando for o caso, pela correção monetária de balanço até 31/12/1995. As depreciações foram registradas e avaliadas pelo conceito fiscal estabelecido pela Receita Federal, sendo que este conceito é adequado ao restante de vida útil dos respectivos bens.
- 7) A segregação contábil entre Ativo Circulante e Ativo não Circulante leva em consideração a expectativa da administração nas respectivas realizações, observando-se o prazo de 365 dias.
- 8) O Passivo Circulante, constituído por contas a pagar a fornecedores, obrigações sobre a folha de pagamento (repasse e encargos), salários a pagar, tributos a recolher, além de contas decorrentes das operações normais da entidade, todas apropriadas pelo regime de competência, encontram-se registradas pelo valor de liquidação. A segregação se fez com o prazo de vencimento até 365 dias.
- 9) O Passivo Não Circulante abrange as obrigações com prazos de liquidação superior a 365 dias, estando os encargos dessas operações registradas de forma segregada. Seu volume principal se restringe aos valores referente contingências judiciais.
- 10) O Patrimônio Social apresenta o saldo acumulado ao longo da vida da instituição e seu valor é composto pelas contas de superávit / déficit do exercício, Ajuste de Valor Patrimonial, saldo do Fundo Institucional, Ajuste de Exercícios Anteriores e Reserva de Reavaliação..., que, por sua vez, será mantida até a sua realização final, conforme os termos da Lei nº 11.638/07.
- 11) As Contas de Resultados levaram em consideração o regime de competência. As receitas decorrem dos serviços prestados pela entidade, de auxílios e subvenções públicas e também de captação de recursos na sociedade em geral. Os custos e as despesas são decorrentes das atividades da FUNFARME e são fundamentadas em documentos considerados idôneos.
- 12) As estimativas contábeis foram aplicadas nas provisões para perdas de contas a receber, nas depreciações, amortizações e nas Contingências Judiciais registradas no Passivo.

4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não existem operações com derivativos ou de hedge. A entidade mantém CDB e aplicações em fundos financeiros convencionais, sem riscos, de liquidez imediata.



Na data de encerramento do exercício constam valores aplicados no Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Bradesco, Cooperativa SICOOB, Cooperativa SICREDI e Caixa Econômica Federal e que, no montante geral, totalizam R\$ 143,6 milhões de reais. São representados por instrumentos financeiros, especialmente por CDBs e Fundos de investimentos, além de poupança, nos convênios públicos federais, todos com liquidez imediata, cujos valores apresentados se encontram com os rendimentos apropriados até 31/12/2020, com taxas praticadas no mercado e não sendo destinados a negociações ou mantidos até o vencimento. Seguem abaixo discriminados os detalhes:

INSTITUIÇÃO	SALDO
Banco Santander S/A	90.466.008,80
Banco do Brasil S/A	52.330.980,57
Caixa Econômica Federal	585.542,01
Banco Bradesco	162.642,01
Cooperativa de Crédito - SICREDI	67.727,07
Cooperativa de Crédito - BANCO SICOOB	9.909,07
TOTAL GERAL	143.622.809,53

Do valor acima disposto, cumpre esclarecer que parte deste, especificamente R\$ 52,1 milhões, é restrito para uso, decorrente dos valores recebidos através de convênios, parcerias e termos aditivos firmados com a Administração Pública, em sua grande maioria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e, como tal, obedecem a critérios rigorosos para sua destinação.

5 – CONTAS A RECEBER DE CONVÊNIOS MÉDICOS-HOSPITALARES

5.1 – CRÉDITOS A RECEBER

O “Contas a Receber” derivados de convênios médicos hospitalares, convênios firmados com Prefeituras da região, convênio do SUS e outras de menores valores somam R\$ 49,1 milhões de reais. Foi apropriado em conta redutora denominada de Provisão para Perdas o total de R\$ 3,3 milhões, fato este que gerou a totalização líquida de R\$ 45,8 milhões de reais nos demonstrativos contábeis.

A Provisão para Perdas de R\$ 3,3 milhões de reais destina-se à garantia do valor dos riscos sobre eventuais insolvências de devedores relativos aos créditos a receber e às glosas sobre contas hospitalares promovidas pelos convênios.



O saldo destina-se à cobertura de eventuais riscos de não recebimento cujas estimativas foram apropriadas de forma conservadora em 10,00% do total a receber de operadoras de Planos de Saúde e de atendimentos particulares. Os principais créditos são decorrentes dos serviços prestados ao SUS e outros convênios, conforme apresentação abaixo:

CONVÊNIO	R\$
Bradesco Saúde S/A	796.420,64
CABESP	1.095.108,93
HB Saúde S/A	9.800.579,90
Unimed de São José do Rio Preto	10.246.657,69
SUS	25.471.796,37
Outros	1.705.526,16
TOTAL	49.116.089,69
(-) PROVISÃO P/PERDAS	(3.263.100,11)
TOTAL FINAL	45.852.989,58

5.2 – GLOSAS DE CONTAS HOSPITALARES

No ativo circulante, em créditos a receber, existem o valor total de R\$ 1,7 milhões de reais a título de glosas pendentes de recebimento, em discussão através de recursos, e que atual posição não pode ser reconhecida como perda. Os principais convênios e os valores das respectivas glosas estão demonstrados abaixo:

CONVÊNIO	R\$
Cabesp	1062,72
Bradesco Saúde S/A	31.690,17
HB Saúde S/A	559.309,58
Unimed de São José do Rio Preto	1.154.172,46
Outros Convênios	331,53
Total das Glosas	1.746.566,46

6 – ESTOQUES

São constituídos por medicamentos, materiais hospitalares e de consumo em geral, da própria entidade. Não são destinados à venda e sim ao uso hospitalar com os próprios pacientes. Totalizam R\$ 35,2 milhões de reais, avaliados pelo custo de aquisição.



Do valor mencionado acima, 34,6 milhões são constituídos por estoques livres para uso e 0,6 milhões são restritos para uso, decorrentes do convênio firmado entre a FUNFARME e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (Convênio "Lucy Montoro"). Tanto nos estoques livres para uso como nos restritos foram realizados inventários no exercício nos meses de junho e dezembro, existindo, no caso, contagens físicas e de valores.

7 – AÇÕES JUDICIAIS

No ativo não circulante, grupo de “realizável a longo prazo”, existem valores contabilizados a título de “ações judiciais” no montante de R\$ 5.029,7 mil. São valores referentes depósitos judiciais (interposição de recursos) trabalhistas e outros valores oriundos de ações de cobrança por inadimplência de clientes, apresentados pelos valores originais, conforme abaixo discriminados:

Depósitos Judiciais - Trabalhistas	=	R\$	349,3 mil
Outras ações	=	R\$	4.680,4 mil

8 – ATIVO INTANGÍVEL

O valor do Ativo Intangível é de R\$ 3.212,1 mil e sua correspondente parcela de amortização é de R\$ 3.110,4 mil, totalizando intangível líquido de R\$ 101,7 mil. Refere-se apenas a programas de computador (softwares).

9 – ATIVO IMOBILIZADO

Totaliza R\$ 373,6 milhões de reais em 31/12/2020, com os valores apresentados pelo custo de aquisição mais reavaliação de bens ocorrida em anos anteriores, ainda quando permitido. A depreciação acumulada, em 31/12/2020, apresenta valor de R\$ 151,9 milhões, totalizando um imobilizado líquido de R\$ 221,7 milhões de reais. Os valores seguem discriminados abaixo, conforme classificação constante em nosso Balanço Patrimonial.

Discriminação	Valor de aquisição	Reavaliação de ativos	Total imobilizado	Depreciação	Imobilizado líquido
Imobilizado em andamento	59.068,3	0,0	59.068,3	0,0	59.068,3
Terrenos	3.900,0	0,0	3.900,0	0,0	3.900,0
Edificações	126.324,3	7.569,0	133.893,3	46.549,1	87.344,2
Máquinas e Equipamentos	139.140,0	2.369,7	141.509,8	82.485,6	59.024,2
Móveis e Utensílios / Livros e Materiais Didáticos	17.684,1	66,2	17.750,3	10.752,3	6.998,0
Veículos	940,3	7,2	947,5	591,4	356,1
Informática	16.499,1	0,0	16.499,1	11.506,9	4.992,2
TOTAL	363.556,2	10.012,1	373.568,3	151.885,3	221.683,0



A entidade entendeu que não existem bens com valores contábeis superiores aos respectivos valores de mercado e não realizou, em virtude desse entendimento, registros de "IMPAIRMENT". O alto valor acumulado na conta "**Imobilizado em Andamento**" é referente à construção de novo bloco de unidade de atendimento, denominado **Bloco "C"**. Este novo bloco contará com o mesmo número de pavimentos dos blocos "A" e "B" (8 andares) e o valor do investimento, até o momento, está em R\$ 30,4 milhões de reais. O restante do valor é composto por equipamentos que, em virtude de outros fatores, especialmente reformas e/ou adaptações prediais, ainda não entraram em funcionamento.

As taxas de depreciações praticadas consideraram o tempo de vida útil remanescente dos respectivos bens. Contudo, registre-se que determinados bens poderão ter as suas vidas úteis ampliadas e, na oportunidade, poderão ser revistos os percentuais de depreciação.

10 – RECURSOS DE PROJETOS

No passivo circulante existe um agrupamento de contas denominada "Recursos de Projetos – Entidades Públicas Nacionais". Este agrupamento registra os valores que foram recebidos referente repasses de órgãos públicos das esferas nacional, estadual de São Paulo e municipal de São José do Rio Preto – SP, além de doações de imobilizado, e que ainda não foram consumidos até a data de 31 de dezembro de 2020. Os recursos ainda não consumidos totalizam um valor de R\$ 57,3 milhões de reais e se resumem da seguinte forma:

• Federal	=	R\$ 21.309.686,67
• Estadual de São Paulo	=	R\$ 15.692.165,32
• Municipal de São José do Rio Preto	=	R\$ 15.355.586,00
• Outras doações	=	R\$ 4.940.129,33

Da classificação apresentada acima, "outras doações" referem-se a doações realizadas por entidades públicas e também pela iniciativa privada ao nosso parque imobilizado e, desta forma, encontram-se lançados no ativo não circulante, grupo imobilizado. A grande maioria das doações são decorrentes de ações de enfrentamento ao COVID19 e seguem listadas abaixo, com as descrições e valores na data de 31/12/2020:

1) Camas hospitalares – 10 unidades	R\$ 20.000,00
2) Equipamento de Ressonância Magnética	R\$ 3.744.229,17
3) Leitor de scanner CCD – código de barras	R\$ 2.078,88
4) Monitores Cardíacos – 10 unidades	R\$ 201.788,26
5) Refrigeradores – 02 unidades	R\$ 4.714,86



6) Sistema de vídeo conferência – Telemedicina	R\$	20.354,86
7) Veículo motorhome Marcopolo 2013/2014	R\$	88.388,87
8) Veículo Van – consultório móvel	R\$	326.817,65
9) Ventiladores Pulmonares – 08 unidades	R\$	531.756,80
Total	R\$	4.940,129,35

As contrapartidas dos valores Federal, Estadual e Municipal encontram-se registrados no ativo..., especificamente bancos (contas restritas para uso). As contas bancárias restritas apresentam diferenças com este agrupamento pois, no final do exercício 2020, mais precisamente final de dezembro/2020, houve recebimento de valores em conta corrente própria, ou seja, não restrita, e que foi identificada posteriormente, já em meados de janeiro/2021, como sendo recursos para enfrentamento da COVID19.

Sendo assim, os saldos constantes no Balanço Patrimonial nas disponibilidades restritas seguem os saldos das contas correntes bancárias do balancete e, apresentam diferenças com os valores do passivo a aplicar, conforme resumo abaixo:

Ativo	Mil	Passivo	Mil
Circulante		Circulante	
Disponibilidades		Recursos de Projetos	57.297,6
Recursos restritos	52.114,2	(-) Outras doações	4.940,1
(-) Lucy Montoro (Orçamento SP)	2.022,6		
(+) Valores lançados como irrestritos	2.266,9		
(-) Valores lançados como restritos	1,0		
Saldo	52.357,5	Saldo	52.357,5

Vale ressaltar, ainda, que existe variação no saldo desta conta, em comparação com o ano anterior, de aproximados 64% para mais, pois, o aporte neste ano dos governos Federal e Estadual foi bastante superior devido ao enfrentamento do COVID19.

11 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A entidade vem adotando o critério técnico de definição das contingências passivas conforme as normas e recomendações do CFC, IBRACON e da CVM.

Atende, especialmente, as normas fixadas pela Resolução nº 1.180/09 do CFC que normatizou essas práticas através da NBC-TG 25. Dentro desses critérios foram provisionadas a totalidades das ações consideradas **PROVÁVEL, mensuráveis** com suficiente segurança. Estão sendo relatadas as consideradas de probabilidade **PROVÁVEL, não mensurável**, e as consideradas de probabilidade **POSSÍVEL**. Assim sendo, pelos critérios adotados foram levados em consideração os seguintes enquadramentos:

- a) Ações prováveis, mensuráveis com suficiente segurança;
- b) Ações prováveis, não mensuráveis, com suficiente segurança;
- c) Ações possíveis, mensuráveis com suficiente segurança;
- d) Ações possíveis, não mensuráveis, com suficiente segurança;
- e) Ações remotas.

Excepcionalmente neste exercício de 2020, como já aconteceu em 2019, a Administração da Entidade entendeu por bem provisionar, no Balanço Patrimonial elaborado em 31 de dezembro de 2020, os valores de ações judiciais consideradas de “riscos possíveis” pelo Setor Jurídico, uma vez que essas ações, em futuro, passarão a ser de risco provável.

Como esta Fundação neste exercício apresentou um superávit elevado, resolveu-se utilizá-lo para resguardar eventualidades futuras e para maior segurança patrimonial desta organização. Assim, para exercícios futuros, quando estas provisões ou parte delas se transformarem em riscos prováveis, elas já se encontrarão provisionadas em benefício da proteção patrimonial desta Fundação.

As ações prováveis e possíveis, conforme relatado acima, com valor mensurável em bases seguras, foram consideradas para efeitos de provisões de contingências e foram apropriadas / mantidas em 2020. As ações prováveis e possíveis, sem valores mensuráveis com bases seguras encontram-se divulgadas nestas Notas Explicativas. As ações remotas foram desconsideradas para efeito de apropriação ou divulgação.

As informações bases para esses procedimentos advieram do Departamento Jurídico de forma a estarem de acordo com a Deliberação nº 489/2005 da CVM em conjunto com o IBRACON. Em decorrência dos trabalhos resultaram-se nos quadros seguintes:

I – AÇÕES TRABALHISTAS

RESUMO	Valores (mil)	Nº de ações
Ações prováveis c/ valor	1.545,2	77
Ações possíveis c/ valor	1.639,1	22
Ações remotas	0,0	43
TOTAIS	3.184,3	142

O resumo apresentado acima resultou na provisão de contingenciamento de R\$ 3.184,3 mil, entre ações prováveis e possíveis de perda, devendo ser objeto de relato nas Notas Explicativas o total de 142 ações remotas de natureza de indenização trabalhista.

II – DEMAIS AÇÕES (PROCESSOS) JUDICIAIS

RESUMO	Valores (mil)	Nº de ações
Ações prováveis c/ valor	3.136,4	24
Ações possíveis c/ valor	16.454,9	74
Ações remotas	0,0	64
TOTAIS	19.591,3	162

O resumo apresentado acima resultou na provisão de contingenciamento de R\$ 19.591,3 mil, entre ações prováveis e possíveis de perda, devendo ser objeto de relato nas Notas Explicativas o total de 162 ações remotas de perda.

III – RESUMO DAS AÇÕES TOTAIS

Resumo	Nº de ações			Valores (mil)		
	Trabalh.	Demais ações	Total	Trabalh.	Demais ações	Total
Ações prováveis c/ valor	77	24	101	1.545,2	3.136,4	4.681,6
Ações possíveis c/ valor	22	74	96	1.639,1	16.454,9	18.094,0
Ações remotas	43	64	107	0,0	0,0	0,0
TOTAIS	142	162	304	3.184,3	19.591,3	22.775,6

Em resumo, as provisões de contingências para ações totais, prováveis e possíveis com valor, somam R\$ 22.775,6 mil, englobando 197 ações. Existem, ainda, 107 ações com possibilidades remotas de perda.

12 – RECEITAS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

A FUNFARME em 2020 realizou, através do regime de competência contábil, o valor de R\$ 187.448,9 mil de receitas originárias de órgãos públicos, sendo;

- Governo do Estado de São Paulo R\$ 144.302,2 mil
- Governo Federal R\$ 42.600,6 mil
- Destinações solidárias do imposto de renda (CMDCA / CMDI) R\$ 156,5 mil
- Recursos para enfrentamento do COVID19 – MP do Trabalho R\$ 389,7 mil

Nos casos de doações particulares, recebeu R\$ 8.957,2 mil que, em sua grande maioria, é composto de doações de fornecedores de materiais médicos, medicamentos e também gêneros alimentícios, destinados ao nosso Serviço de Nutrição e Dietética.



Através de Convênios firmados com a Prefeitura Municipal da cidade de São José do Rio Preto, a FUNFARME também recebeu em conta corrente bancária, a importância de R\$ 126.590,0 mil e realizou, através do regime de competência, o valor de 125.516,5 mil, conforme valores abaixo discriminados, por convênios:

Convênio		Valor recebido
Urgência e Emergência / SAMU	=	50.950.000,00
Atenção Básica	=	41.620.000,00
Média e Alta Complexidade	=	32.100.000,00
Vigilância em Saúde	=	1.920.000,00
TOTAL	=	126.590.000,00

13 – PRINCIPAIS RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS DO EXERCÍCIO

13.1 – RECEITAS

As receitas estão classificadas na Demonstração de Resultado, através de suas origens e suas destinações. Considerando as glosas ocorridas, as receitas geradas pela prestação de serviços ao SUS, operadoras de convênios médicos privados e pacientes particulares fecharam em R\$ 413.372,3 mil.

A principal receita é a oriunda do convênio firmado com o SUS..., R\$ 243.396,6 mil, que, do montante faturado, participou com 59% das Receitas com a prestação e o atendimento dos serviços médicos e hospitalares. Em seguida foram outros convênios médicos (operadoras de planos de saúde) e atendimentos particulares, que juntos geraram R\$ 169.975,7 mil ou 41% das Receitas do atendimento médico.

O Convênio existente entre FUNFARME e Instituto de Reabilitação “Lucy Montoro” gerou receita bruta de R\$ 10.800,0 mil. Abaixo seguem discriminados os agrupamentos existentes nas contas de Receitas.

RECEITAS HOSPITALARES	577.940.413
RECEITAS COM RESTRIÇÕES	254.196.563
Receitas Convênio SUS	243.396.563
Receitas Convênio "Lucy Montoro"	10.800.000
RECEITAS COM RESTRIÇÕES E VINCULADAS A PROJETOS	19.033.024
CIP - Centro Integrado de Pesquisa	19.033.024
RECEITAS LIVRES	179.194.304
Receitas Convênios Médicos - (Planos de Saúde)	150.372.119
Receitas Pacientes Particulares	19.603.601
Receitas Convênios Prefeituras	9.218.583
RECEITAS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS COM RESTRIÇÕES	125.516.522
Convênio Prefeitura de São José do Rio Preto	125.516.522



As glosas de contas hospitalares consideradas definitivas em 2020 totalizaram R\$ 6.335,4 mil, representando aproximadamente 4,0% sobre as receitas de Convênios Médicos (operadoras de planos de saúde). As demais receitas relevantes, já citadas no item 12, foram às subvenções, que totalizaram R\$ 187.448,9 mil.

Outras Receitas ocorridas no ano, de valores menos relevantes, são relacionadas às Receitas Financeiras, Patrimoniais, Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas e outras receitas diversas, que juntas, somam valor de R\$ 32.426,1 mil. As receitas totais abrangem, já descontadas as glosas, o valor de R\$ 797.815,4 mil, estando controladas pelo setor financeiro, setor este subordinado à Controladoria Financeira da Instituição.

13.2 – CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas da entidade totalizam um montante de R\$ 768.133,5 mil e estão relacionados logo a seguir. Os gastos com pessoal representaram 57,03% e o conjunto que envolve o material de consumo (hospitalar e outros) corresponde a 22,24%. Ou seja, mão de obra e material representa em conjunto 79,27% dos custos e despesas totais da entidade.

AGRUPAMENTO DE CONTAS	VALOR
DESPESAS	768.133.529
DESPESAS OPERACIONAIS	750.483.610
Despesas com Pessoal – Ordenados	352.413.120
Despesas com Pessoal – Encargos	79.866.013
Material de Uso hospitalar	143.182.806
Serviços de terceiros	96.431.360
Material de Uso geral	26.629.579
Repasse convênios	10.770.262
Despesas tributárias	58.641
Despesas Financeiras	759.792
Cursos / Treinamentos	678.258
Provisão para Contingência Judicial	771.371
Despesas com Provisão de Perdas	1.749.312
Outras Despesas Operacionais	14.253.874
Depreciações do Ativo Imobilizado	18.614.606
Baixas de Imobilizado	90.305
Ajustes de estoques	4.214.311
DESPESAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÕES - CONVÊNIO "LUCY MONTORO"	9.898.112
Despesas com Pessoal	4.790.132
Despesas com Pessoal – Encargos	1.018.544
Material de Uso hospitalar	938.510
Serviços de terceiros	1.983.557
Material de Uso geral	67.242
Despesas Financeiras	1.931
Outras Despesas Operacionais	1.087.182
Ajustes de estoques	11.013
PROJETOS ESPECIAIS - USO COM RESTRIÇÕES	7.751.807
CIP - Centro Integrado de Pesquisa	7.751.807



Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5544 – Bairro São Pedro – CEP 15090-000 – Fone: (017) 3201-5000
São José do Rio Preto/SP – CNPJ: 60.003.761/0001-29

13.3 – RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2020

O ano de 2020 encerrou-se com **déficit operacional de R\$ 157.767,0 mil** e com **superávit total de R\$ 29.681,9 mil**. A diferença apresentada entre o déficit operacional e o superávit total é resultado dos recebimentos no **montante de R\$ 187.448,9 mil**, oriundos de **subvenções Públicas**, em sua maioria, do Governo do Estado de São Paulo.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Receitas totais	610.366,5
Despesas totais	768.133,5
DÉFICIT OPERACIONAL	152.767,0
Subvenções Públicas	187.448,9
SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO	29.681,9

14 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social sofreu aumento em seu valor, passando de R\$ 237.095,1 mil para R\$ 266.710,0 mil entre 31/12/2019 e 31/12/2020. As mutações limitaram-se ao **resultado do exercício** superavitário, no valor de R\$ 29.681,9 mil, lançamentos a débito referente **Ajustes de Exercícios Anteriores** no valor de R\$ 100,0 mil e **juros sobre a conta de investimento do Fundo Institucional** no valor de 33,0 mil.

A entidade optou por manter a Reserva de Reavaliação até a realização final, nos termos da permissão da Lei nº 11.638/2007. Segue abaixo quadro das **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social – DMPL**.

Valores R\$1,00	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Ajustes Ex. Anter.	Result. Do Exercício	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	228.166.579	7.359.845	(18.555.072)	20.123.744	237.095,095
Recursos de juros aplicados	33.012	-	-	-	33.012
Incorporação Resultado	20.123.744	-	-	(20.123.744)	-
Ajustes Exercícios Anteriores	(100.000)	-	-	-	(100.000)
Resultado do Exercício	-	-	-	29.681.915	29.681.915
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	248.223.335	7.359.845	(18.555.072)	29.681.915	266.710.023

15 – ESTACIONAMENTO FUNFARME

A partir de agosto/2017 a FUNFARME passou a administrar seu próprio espaço de estacionamento, antes terceirizado para empresa do ramo. Com isto, foi constituído nova filial da Instituição, aprovada pelo Conselho de Administração da Entidade, para promover o perfeito controle da movimentação contábil e financeira desta nova unidade.



Sua gestão segue, hierarquicamente, normas definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da FUNFARME. Respectiva filial apresenta resultado favorável, devido ao grande fluxo de atendimentos existentes na FUNFARME. Porém, Todo o resultado obtido nesta operação é revertido para o atendimento nas unidades assistenciais da FUNFARME, quais sejam, o Hospital de Base, o Ambulatório de especialidades médicas e o Hospital da Criança e Maternidade de São José do Rio Preto.

Neste exercício encerrado de 2020 foram R\$ 2,854 milhões de reais investidos na assistência em saúde, sendo, em sua grande maioria, custeio das atividades operacionais da Instituição.

16 – SEGUROS

A entidade mantém seguros suficientes para atendimento de eventuais coberturas de sinistros, incluindo edifícios, veículos e equipamentos, além de fornecer seguro de vida para todos os seus colaboradores empregados.

17 – HOSPITAL DA CRIANÇA

Inaugurado em 11 de outubro de 2013, iniciou suas atividades em 15 de novembro de 2013, ainda como um bloco do Hospital de Base, vinculado à unidade Matriz. Toda a sua movimentação ainda é gerada dentro da unidade “matriz”, porém, possui informações descentralizadas por centros de custos para atender aspectos de origem gerencial.

18 – NORMAS FEDERAIS PARA USUFRUIR BENEFÍCIOS FISCAIS – LEI Nº 12.101/2009

Em 2009 houve a promulgação da Lei nº 12.101, que institui normas relativas ao terceiro setor, formado por entidades de fins filantrópicos.

A nova legislação contempla diversas exigências para a concessão das isenções tributárias e transferiu para o Ministério da Saúde, o acompanhamento do atendimento das normas. A entidade atende a todos os requisitos mínimos da legislação vigente após a promulgação da Lei 12.101, que, no seu art. 4º, fixa atendimento no percentual mínimo de 60% na oferta de prestação de serviços pelo SUS.

Em termos de atendimentos físicos de pacientes, incluindo internações, consultas e exames, a Instituição se enquadra, com segurança, no percentual mínimo exigido na legislação. Os demonstrativos a seguir apresentam os atendimentos físicos dos pacientes no decorrer do exercício de 2020.

ATENDIMENTOS – 2020						
	Consultas		Internações		Exames	
Origem	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
SUS	436.031	76,17	37.559	76,16	2.713.970	73,73
Convênio	133.280	23,28	11.242	22,80	930.411	25,28
Particular	3.105	0,54	513	1,04	36.457	0,99
Total	572.416	100,00%	49.314	100,00%	3.680.838	100,00%

Verifica-se que houve atendimento dos percentuais mínimos exigidos pelo SUS, tanto em internações quanto em consultas e demais exames realizados pela entidade.

18.1 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Em decorrência dos atendimentos acima prestados e por vários outros requisitos, a FUNFARME se enquadra na Lei 12.101/2009 e, desta forma, se beneficia de isenção da cota previdenciária. Neste exercício 2020 a isenção de cota previdenciária patronal atingiu o total de **R\$ 97.847.730,16 (noventa e sete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta reais e dezesseis centavos)**. Em contrapartida, atendeu as exigências para uso deste benefício através de atendimentos aos pacientes do SUS.

19 – EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID19

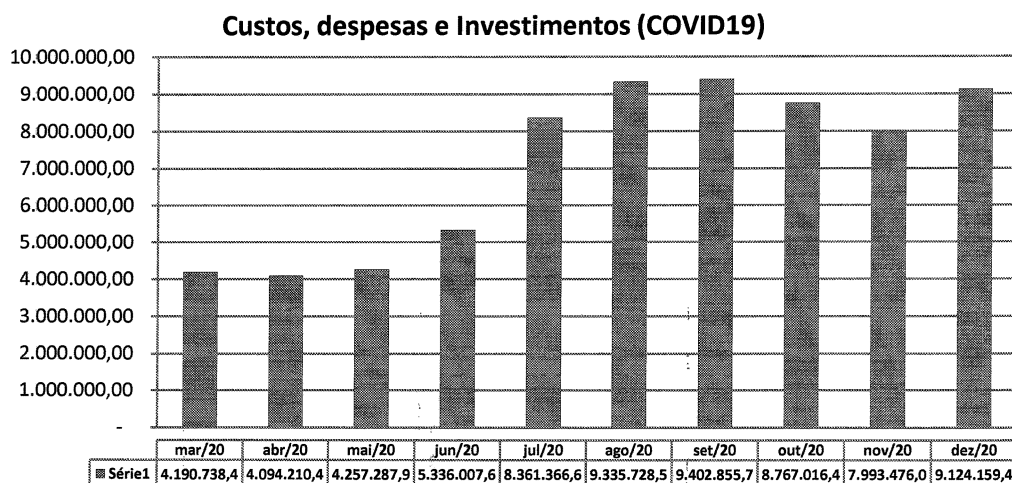
No início do ano de 2020 surgiu o COVID-19, vírus biológico que se alastrou por todo o mundo e que gerou impactos financeiros na grande maioria das economias mundiais..., principalmente no Brasil. Do março/2020 até dezembro/2020 a demanda foi aumentando consideravelmente, chegando aos números expressivos abaixo expostos:

ATENDIMENTOS RELACIONADOS A COVID 19 – 2020						
	Consultas		Internações		Exames	
Origem	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
SUS	2.686	71,57	2.341	82,75	81.696	81,71
Convênio	1.062	28,30	483	17,07	18.070	18,07
Particular	5	0,13	5	0,18	222	0,22
Total	3.753	100,00%	2.829	100,00%	99.988	100,00%

Para suprir a demanda por atendimentos foram adequados, no decorrer de 2020, 225 leitos de enfermarias e 159 leitos de UTI's específicos para os pacientes COVID19, conforme discriminados abaixo:

- Enfermaria
 - Pediátrico 30
 - Adulto 195
 - Total 225
- UTI
 - Pediátrico 14
 - Adulto 145
 - Total 159

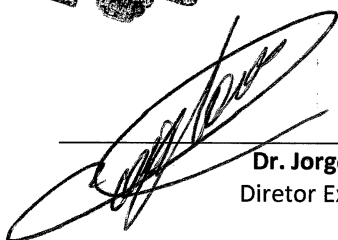
A FUNFARME, entidade voltada ao atendimento público na área de saúde e de prestação de serviços ao SUS, de grande porte e alta complexidade, além de referência para 102 municípios da Divisão Regional de Saúde 15 do Estado de São Paulo, tornou-se centro do noroeste paulista no tratamento da COVID19 e, por consequência, sentiu significativamente os reflexos em seus desempenhos econômicos e financeiros durante o ano 2.020, conforme gráfico abaixo:



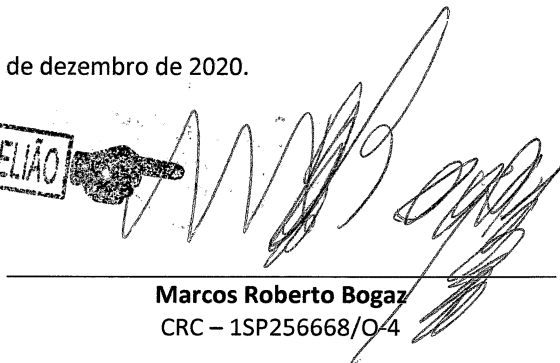
Devido ao aumento da demanda por atendimentos e consequentemente nos custos gerados, os governos federal e estadual entraram com aportes significativos na Instituição com o intuito de combater e amenizar o déficit gerado pelo vírus. De março/2020 até dezembro/2020 foram mais de R\$ 70,0 milhões de reais com aumento nos custos, despesas e investimentos voltados para o atendimento de pacientes do COVID19.

São José do Rio Preto, 31 de dezembro de 2020.

2.º TABELIÃO


Dr. Jorge Fares
Diretor Executivo

2.º TABELIÃO


Marcos Roberto Bogaz
CRC – 1SP256668/O-4